

O GRITO DA DIVERSIDADE CONTRA A PADRONIZAÇÃO DO AFETO: O DEBATE SOBRE HOMOAFETIVIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RONDÔNIA

Rosangela Aparecida Hilário

Universidade Federal de Rondônia.rosangela.hilario@unir.br

Wendell Fiori de Faria

Universidade Federal de Rondônia.professorfiori@gmail.br

Resumo

O debate sobre a “despadronização” do afeto e a inclusão da temática em currículos de formação de professores ainda é tabu que urge ser desmistificado. Em Porto Velho, Capital de Rondônia, a pedagogia da avestruz é responsável por comportamentos não toleráveis em tempo nenhum: misoginia, machismo, violência doméstica e chavões reproduzidos a exaustão sobre a homoafetividade em todas as suas manifestações. Este texto, organizado a partir de bibliografia exploratória, discute as reflexões produzidas na organização do referencial curricular do Ensino Fundamental I, do Município de Porto Velho, e o desafio de incluir a temática da ideologia de gênero e “despadronização” do afeto, principalmente em função dos dogmas das igrejas evangélicas se sobreporem as ciências da educação. O artigo está estruturado em três partes articuladas por meio de uma mesma linha: formação de professores como estratégia para inclusão de todos e todas em processos plenos de cidadania. Na primeira, percorre-se parte da conceituação do povoamento de Rondônia, e no início de Século XXI, a segunda ordem de colonização amazônica ditada pelas igrejas neopentecostais. A seguir, discute-se políticas públicas de inclusão a partir da legislação e teorias produzidas sobre a complexidade de conceitos como gênero, sexualidade, masculinidade e ideologia de gênero no espaço escolar. Conclui-se que, o papel da educação é formar cidadãos livres, contribuindo para a formação do caráter e da cidadania, conectado com o direito que cada um possui de ser aquilo que pretende/deseja ser, semeando um conjunto de valores universais com a constatação da importância de políticas públicas de valorização da diversidade para libertar de dogmas passíveis de intervenção na produção do conhecimento.

PALAVRAS – CHAVES: Formação de Professores; Homoafetividade; Ideologia de Gênero; Referencial Curricular; Cidadania.

1. Síndrome do “padrão” na terra da diversidade e do pluralismo em múltiplas manifestações

O Estado de Rondônia, rico em manifestações da diversidade em todas as suas formas e representações, tem como maior marca de sua constituição a mestiçagem materializada por meio de várias gerações de migrantes de várias partes do Brasil e dos países fronteiriços atraídos por sua fama de Eldorado.

Na organização deste texto utilizaremos o conceito de mestiçagem desenvolvido por Munanga (2011): a mistura, desorganização de paradigmas, relacionamento fraterno e espontâneo entre pessoas que incorre na formação de novos tons, sons e sabores a melhorar e encantar a espécie humana, diferente de miscigenação, que contém até hoje, ecos de uma aproximação à força por meio da coação e da violência física entre indígenas, pessoas escravizadas e portuguesas.

A mestiçagem pode ser entendida como um conjunto de valores éticos, estéticos, sociais, políticos etc., responsáveis pela criação de uma pretensa síntese cultural. Assim, o mestiço se tornou no interior desse modelo interpretativo, o símbolo nacional. Devemos observar que a mestiçagem não deve ser confundida com a miscigenação. A primeira foi responsável pela hierarquização étnico-racial a partir das teorias de branqueamento; a segunda resulta do violento intercuro sexual existente entre brancos, negros e indígenas (MUNANGA, 1999, p. 45).

No processo de organização do novo espaço, três condições foram se impondo para fixação do migrante em busca das oportunidades “vendidas” pelo governo federal: um local para professar sua fé (igreja), a posse da terra e a fundação de uma escola para os filhos dos trabalhadores, e mesmo, por vezes, para os próprios trabalhadores que precisavam “aprimorar a leitura” para obter melhores resultados na exploração dos recursos naturais presentes na floresta.

O artigo está estruturado em três partes articuladas por meio de uma mesma linha: formação de professores como estratégia para desenvolvimento social para todos. Na primeira, percorre-se parte da complexa conceituação do povoamento de Rondônia, diretamente vinculado a exploração de recursos naturais e distribuição de terras para agricultores pobres, principalmente dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo e como esta mestiçagem e leitura diversificada de mundo impactou a institucionalização da escola e a formação política, cultural, econômica e religiosa, provocando no início de Século XXI, uma segunda ordem de colonização na Amazônia: uma espécie de colonização religiosa de qualidade questionável do ponto de vista teológico e ético. Na segunda parte discute-se políticas públicas e inclusão a partir da legislação e teorias produzidas sobre a escola a partir da redemocratização da sociedade brasileira. Na terceira, é apresentada a complexidade de conceitos como gênero, sexualidade, masculinidade e ideologia de gênero no espaço escolar e traçado um paralelo sobre a importância de políticas públicas de valorização da diversidade, a partir das salas de aula, especificamente voltadas para esta parte do Brasil, que fortaleçam a identidade docente e emancipem os professores de dogmas passíveis de intervenção na produção do conhecimento que liberta e permite fazer escolhas. A proposição deste relato se estrutura a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória e fundamenta-se principalmente (mas não exclusivamente) nos estudos de AMARAL (2004), FELIPE (2000), SILVA E JUNIOR (2010), SEFFNER (2011, 2013), CAMPOS (2013), HILÁRIO (2013), JESUS (2015), SOUZA (2016). O resultado repercute a importância da abordagem de questões de gênero e sexualidade na formação inicial de professores, considerando que a não abordagem traz consequências negativas e a temática precisa ser exaustivamente debatida.

2. Como os Processos de Migração e Povoamento de Rondônia Impactaram a Formação de Professores da Educação Básica

Este texto discute os resultados de uma ação de formação continuada desenvolvida durante o processo de organização do referencial curricular e que envolveu a participação de técnicos educacionais da Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Porto Velho, representatividade proporcional em cada componente curricular das 140 escolas municipais da zona urbana e rural, diretores de escola e demais agentes escolares, além de estudantes das licenciaturas de Pedagogia e Letras.

A logística necessária para que todas as concepções e percepções fossem analisadas, a luz de teorias e pesquisadores que lhes dessem sustentação, foi acrescida mais um desafio do meio do trabalho, em junho de 2015, para o fim: superar a dificuldade de dialogar com líderes religiosos estabelecidos a partir de seus dogmas e práticas de controle social, sobretudo das camadas mais vulneráveis e influenciáveis da sociedade.

Consolidar a identidade dos professores tornando-os alfabetizadores em múltiplas linguagens, com formação continuada em serviço, articulando aspectos teóricos aos desafios de informar e formar alunos nascidos em uma época e contexto histórico em que tudo está na iminência de ser feito, na urgência e velocidade dos avanços da tecnologia da informação e comunicação, com respeito aos percursos para a felicidade de cada sujeito, das múltiplas possibilidades de organização familiar e da manifestação de afetos possíveis.

O entendimento foi o de que o tempo das crianças e de seus professores deveria ser de qualidade, em benefício dos pressupostos básicos para viver e conviver com respeito em meio a diversidade: respeitar as escolhas e oportunizar conhecimento.

Entretanto, os professores orientados por seus mentores religiosos se recusavam ao debate, argumentando que as referências e instrução sobre a orientação sexual era responsabilidade da família, nos tempos e circunstâncias que achassem convenientes. Processos de inclusão no entendimento das colegas da educação básica, eram apenas para as crianças “normais”, vindas de famílias “comuns”, seja lá o que significa isso.

Ressalte-se: na década de 1970, a Amazônia tornou-se “um turbilhão social”. Os conflitos se intensificaram desde os vilarejos até as fronteiras nacionais, excluindo milhares de pessoas arrancadas dos “seus lugares” seduzidas pelo sonho de assunção social e largadas nas periferias das cidades, em um movimento rápido e catastrófico de crescimento rural/urbano.

As cidades rondonienses dobraram/multiplicaram suas populações sem estrutura de nenhuma espécie, ampliando o fosso existente entre os que tinham mais do que suficiente e exploravam legal

e, mesmo ilegalmente, a quem não tinha nada. Os “despadronizados”, pobres e desvalidos eram abandonados à própria sorte, em uma miopia oportunista do Estado que lhes havia acenado com possibilidade de melhorar sua condição social, exaurido sua força de trabalho e, ao desejar ter o controle social de quereres e afetos, os lançando a condição marginal de ser aceito apenas em determinados ambientes ou conformarem-se em camuflar sua orientação sexual em casamentos “padrão”, levando seus afetos e desejos para a mesma marginalidade do oculto, do escondido.

No Garimpo, o isolamento e a necessidade afetiva, por exemplo, considerava-se que os homossexuais eram necessários para satisfazer aos desejos e necessidades dos garimpeiros: mulheres de “bem” não frequentavam por lá e prostitutas eram caras. Mas, fora dos limites das dragas e das vilas em torno do Garimpo, os homossexuais eram hostilizados, execrados e maltratados. Mais recentemente, com a construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira, no limite dos espaços dos acampamentos dos operários uma grande quantidade de homens e homossexuais vivia, convivia se acotovelava, e relacionava-se em todas as formas e intensidades dos afetos, desejos e quereres. Fora dos limites da obra, os homossexuais ficavam invisíveis ou eram hostilizados. Tanto na situação do garimpo ou da usina, desvela-se as relações afetivas latentes e possíveis, vividas em intensidade e obscurecidas pela sombra das regras sociais petrificadas.

As igrejas neopentecostais têm sido protagonistas de um crescimento sem precedentes em meio à sociedade brasileira e nos países secularizados. No estado de Rondônia isso tem se efetivado de forma marcante, inclusive, culminando na comemoração do dia do Evangélico, feriado estadual celebrado em 18 de junho. Diante do fenômeno, surge o questionamento de quais fatores bem-sucedidos contribuíram para a fixação destas igrejas, que em alguns casos podem ser classificadas como empreendimentos de sucesso? Para compreensão ampliada, é necessário revisitar pelo menos dois dos conceitos weberianos categóricos para religião: carisma e secularização.

Weber conceitua carisma como modelo de dominação. Para ele, nas relações de dominação, a carismática é a única que se apoia nos “dotes sobrenaturais (carisma), (COHN, 2003, p. 134-135) do seu possuidor”. Portanto, sobre o líder carismático, Weber (1982, p. 100) escreveu que “os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele”. Diz, também, que “a dedicação de seus discípulos, seus seguidores, seus amigos pessoais do partido são orientados para a sua pessoa e suas qualidades” (WEBER, 1982, p. 100).

Desse modo, a permanência da dominação se dá apenas enquanto as suas qualidades excepcionais permanecerem, ou seja, a partir do momento que “decaem a sua força heroica ou a fé dos que creem em suas qualidades de líder, então seu domínio também se torna caduco” (COHN, 2003, p. 135).

Portanto, os conceitos de carisma weberiano, são suficientes para construir uma relação entre os atuais líderes neopentecostais, ou seja, possibilita perceber que em parte, alguns desses líderes religiosos são dominadores e fundadores de novas religiões (ou modelos religiosos). Por sua vez, como um reflexo da falência do estado em garantir condições mínimas de sobrevivência e atendimento as necessidades do cidadão, repousa sobre eles a qualidade de milagreiro, curandeiro, mágico, guru, abençoado, poderoso, ungido, portanto, características típicas de um líder carismático.

O fato é que pastores e seus correspondentes exercem influência em todas as esferas sociais: com a força do poder financeiro, conquistado por meio de dízimos e outros tipos de “ofertas” de milhares de pessoas abandonadas pelo poder público, elegeram uma bancada de vereadores que defende os interesses das igrejas, propõe feriados para comemorar sua fé, programas de assistência social (há uma proposta de as igrejas evangélicas por meio de suas associações e grupos assumirem toda a gestão da educação infantil em “parceria” com a prefeitura da cidade), intervir na cultura popular (as bandas carnavalescas perderam financiamento para o carnaval e a “Marcha para Jesus” têm vereadores, deputados e demais políticos disputando para oferecer financiamento, de certa maneira, um palanque eleitoral a ser valorizado) e mais recentemente, juntaram-se aos padres católicos para buscar frear no texto do Plano Municipal de Educação e no Referencial Curricular do Município, toda e qualquer menção sobre diversidade sexual, ideologia de gênero ou qualquer forma de organização familiar fora do “padrão”.

Tal situação configura a força do poder religioso sobre os do cidadão e até mesmo sobre a laicidade da educação pública, que vem sendo difundida desde o fim da idade média, emergindo um processo de dominação e extirpação dos direitos individuais e a alteridade, o qual torna os preceitos religiosos em lei que não se ousa (ou não se deve) contrariar.

No texto, a referência permaneceu, entretanto, há constatação de gestores escolares proibindo o debate na formação continuada de professores, na organização das rotinas pedagógicas e atividades escolares, o que consubstancia um processo velado de dominação e mitigação dos direitos do cidadão. Na teoria, a proposta de discussão e entendimento existe. Na prática, continuam as orações na entrada das aulas, a reverência a bíblia na entrada da escola e a disseminação de que existe família, relacionamento e amor “padrão”, mesmo que em múltiplas situações, como dos garimpeiros e trabalhadores da usina, as diversas formas de representação do afeto humano possam ser vivenciadas e extrapoladas, num processo de duplicidade de ações humanas, em algumas circunstâncias e locais é aceitável, ora é veementemente execrada.

Diante deste processo de desvelamento e obscurecimento das relações afetivas estabelecidas entre as pessoas, fica patente os desafios enfrentados no processo educativo em promover o debate sobre os regimes de desigualdade envolvendo as questões de gênero e sexualidade, no processo de formação de professores, em Porto Velho, com as igrejas evangélicas, as missões, os mitos e credences se sobrepondo as ciências, tornando-se um trabalho de coragem e resistência.

Neste contexto, insere-se a formação escolar, que necessita estar atrelada a realidade legal e social, ultrapassando o limite dogmático e excludente que vinha sendo empreendido no contexto educacional brasileiro, o que denota o papel que a escola desempenha em relação à temática que envolve a sexualidade.

3. Gênero e sexualidade na escola: um debate necessário. Um conhecimento que urge

Não são incomuns os conceitos de sexo, gênero e sexualidade serem tratados de forma equivocada. O preconceito e a ignorância fazem com que estes sejam tratados desrespeitosamente, em tom de chacota, brincadeira de mau gosto. O tema é evitado em almoços de família, escolas, instituições religiosas ou só tratado em esquetes de “humor” de comediantes sem talento, sensibilidade ou responsabilidade social.

Sendo assim, é crucial desmistificar preconceitos, afinal, a busca pelo conhecimento ainda é o melhor caminho para a problematização e, conseqüente, desconstrução de paradigmas superados e transição para um emergente, no processo de relações solidárias entre as pessoas, na qual, o pensamento único e preconceituoso possa dar lugar a relações de respeito ao outro.

O desinteresse pelo aprofundamento da temática, muitas vezes, se deve ao comodismo em reproduzir fatos e pensamentos a partir do senso comum e ou no processo de dominação que vem sendo colocado em prática, sobretudo em se tratando de assuntos polêmicos.

É claro que não pode ser esquecida a influência conservadora proveniente do meio familiar e religioso. No mês de junho do ano de 2012, o site da Associação dos Diáconos Batistas do Estado do Rio de Janeiro, noticiou o aumento da população evangélica no país, sobretudo no estado de Rondônia. Desde lá, este número só tem aumentado, chegando ao ponto de Rondônia ser denominada em janeiro de 2016, “um estado evangélico”.

A influência religiosa tem alimentado o conservadorismo e a resistência quando o assunto é sexo, doenças sexualmente transmissíveis (DST), prevenção e homoafetividade, sendo um dos fatores negativos para a não existência do debate sobre gênero e sexualidade, refletido até mesmo nas Instituições de Ensino Superior e formação de professores.

Diante da premissa de omissão do direito ao conhecimento e a discussão da temática, os que não se enquadram ou aqueles que fazem de conta que se enquadram, continuam frequentando a igreja e vivendo sua afetividade nas sombras, concorrendo para a possibilidade do aumento da gravidez na adolescência, o crescimento da transmissão das DSTS, o aumento da violência doméstica por frustrações de sentimentos não vivenciados e latentes na condição humana, dentre outros problemas que não estão vinculados diretamente a sexualidade, mas que a falta de conhecimento sobre a mesma que poderiam ser ampliados no espaço de discussão da escola e da formação de professores.

[...] a construção da masculinidade esteve (e parece ainda estar) fortemente atrelada à sexualidade. [...] em relação à sociedade brasileira, na concepção mais tradicional, a feminilidade seria percebida como uma força natural que precisa apenas ser controlada e disciplinada; já a masculinidade seria compreendida como algo menos certo, por isso ela precisaria ser cultivada através de um complexo processo de masculinização, começando na primeira infância (PARKER apud FELIPE, 2000, p. 122-3).

Nesse processo de afirmação da masculinidade, Seffner (2011) assevera que é a sociedade que a constrói, conforme cada época e lugar, determinando aquilo que será considerado atributos masculinos e/ou femininos. A assertiva contribui para confrontar a premissa do inatismo da sexualidade e gênero defendido por alguns estudiosos, religiosos e conservadores. Essa teoria contribui para reafirmar a ideia de que os machos já nascem predispostos a desenvolver a atração sexual por fêmeas, a trajar-se como homens e a manterem-se predispostos ao interesse nato por carros e a jogos violentos, inversamente, as fêmeas somente sentem-se atraídas sexualmente por machos, levadas num contexto social a interessar-se por bonecas e por determinação biológica, a serem dóceis, delicadas e submissas.

Tais concepções da construção social de espaços e atividades especificamente masculinas e outras femininas levam as pessoas a acreditarem no inatismo de aptidões e abrem espaço para as relações de poder que podem ser perpetuadas até a vida adulta destes sujeitos.

Os estabelecimentos destas regras de poder também são alimentados pela afirmação de critérios que definem o que é permitido ou não para cada gênero, acentuando-se em sociedades onde os princípios religiosos estão fortemente atrelados a valores morais. Essa premissa é confirmada pelo princípio bíblico, que referenda o homem como “cabeça” da casa e a mulher, num contexto inferior, como sua ajudadora, submissa, aquela que sempre caminha um passo atrás. Não existe problema na divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres, a controvérsia reside na imposição autoritária de obrigações e papéis. O problema reside quando as obrigações e papéis são impostos

sem diálogo e acordo e se torna um fardo prejudicando e afetando até mesmo a convivência conjugal e o prazer em viver e conviver.

Para desmistificar preconceitos e melhor compreender a temática, se faz necessário adentrar estudos que esclareçam o significado de cada conceito. Por exemplo, de acordo com Silva Junior (2010), o sexo é definido na hora do nascimento, biologicamente, de acordo com a informação genética. Já a sexualidade tem a ver com as pessoas por quem se sente atração e gênero as características atribuídas socialmente a cada sexo.

Obviamente, o espaço disponível aqui exige simplificação e concisão, mas, necessita-se de aprofundamento, de abordagem metodológica que permita vencer as resistências incutidas em décadas de estudos baseados na teoria criacionista e conceitos dogmáticos. As relações humanas e a afetividade não cabem mais em um processo meramente teórico/discursivo ou em rótulos dogmáticos, necessitando ser discutido em suas possibilidades e potencialidades, na qual o ser humano não seja classificado em decorrência de sua sexualidade, podendo viver a condição sexual que denota de seu gênero.

Pensar sexualidade e gênero como definidos biologicamente revela desconhecimento, e negar isso as pessoas, tolhendo o seu direito de viver plenamente os seus projetos pessoais no âmbito social, padronizando as relações, redundando em desconforto pessoal e distúrbios na acomodação dos quereres, que se traduz em múltiplas formas de violência, sendo as mais graves contra travestis, lésbicas, transgêneros e demais constituintes da diversidade.

Não é raro encontrarmos concepções distorcidas e que revelem total desconhecimento quando a sexualidade de determinada pessoa foge da heteronormatividade (padrão de regras que concebem o relacionamento entre pessoas do sexo oposto como sendo o único aceitável e correto). Muitas vezes, essa manifestação é concebida como desvio de caráter, rebeldia e falta de maturidade, legitimando agressões físicas e psicológicas que acontecem na intenção de que o indivíduo deixe de manifestar sua identidade (JESUS, 2015).

Para a desconstrução destas e outras concepções errôneas se faz necessário a informação e o diálogo, meios mais prováveis para alcançar tal objetivo (FIGUEIRO apud JESUS, 2015). Para tal, não se pode pensar em melhor lugar para adentrar ao tema que não seja formação de professores e, posteriormente, as salas de aula.

Considerações para alimentar ao debate

Os documentos que orientam as políticas públicas de educação perfilam em seus pressupostos uma escola voltada para a formação da cidadania, saber viver e conviver na diferença de suas personalidades, constituição, cultura e leitura de mundo.

Acrescenta-se a esta constatação o fato da importância e necessidade do processo de escolarização necessitar superar a perspectiva dogmática, excludente e preconceituosa, numa vertente em que haja a prevalência da tolerância, considerando o determinismo genético em deixar de considerar o livre arbítrio, o projeto de felicidade que se coaduna nas escolhas pessoais, valorizando e reconhecendo a diversidade humana com suas especificidades e potencialidades, na qual o espectro é amplo e pode ser combinado infinitamente, para tanto se faz urgente buscar uma educação que seja transformadora, a despeito do conservadorismo.

É nesse percurso que a educação precisa assumir seu papel no mundo, contribuindo para a formação de cidadãos livres, responsáveis e autônomos, porque não há cidadania protagonista sem o direito a alteridade. Sem que o ser humano tenha o direito de fazer escolhas que efetivamente o conduzam a felicidade. Embora, o Brasil passe por uma onda de conservadorismo afetando todos os setores da vida social, a legislação educacional brasileira é uma das mais avançadas do mundo. A LDB 9394/96, em todos os seus artigos e incisos traz recomendações sobre processos e projetos educativos que levam a valorização da diversidade em todos os seus aspectos, manifestações, essência e cultura.

Na comparação entre a LDB brasileira (9394:96) e a Lei de Bases do Sistema Educativo Português, por exemplo, é possível refletir como o processo educacional brasileiro precisa avançar, considerando que ele sugere, mas, não determina: a referida lei elucida em seu artigo 2º que é papel da educação o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos e a incentivar a formação de cidadãos livres, responsáveis, autônomos e solidários e, completa em seu artigo 3º que é papel da educação assegurar o respeito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais de existência. Na interpretação da lei fica evidente que a educação cumpre um papel libertador na formação do sujeito.

A Pesquisa em Educação, menos que o desejável e necessário, tem desenvolvido estudos com intenção de acolher e apoiar a diversidade na escola com equidade e qualidade. Entretanto, parece que estes avanços não chegam ao “chão da escola” e/ou os gestores representantes do poder público não permitem que chegue.

Por fim assume-se aqui a percepção de que As *Genis* e seus afetos devem recuperar o direito de voltar para a luz do dia e expor os tons, sons e possibilidades de amar. Pactuar por meio do conhecimento seu direito à cidadania plena. A formação de professores é uma possibilidade: preciso se faz materializá-la.

Referências:

AMARAL, Januário. **Mata virgem**: terra prostituta. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

CAMPOS, Rosânia. As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 195-209, jan./mar. 2013. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/53051/0>> Acesso: 27/06/2016.

COHN, G. **Max Weber – sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.

FELIPE, Jane. **Infância, Gênero e Sexualidade**. 2000, p. 115-131. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/48688/30332>> Acesso: 02/07/2016.

HILÁRIO, Rosangela Aparecida. **A Escola de Linha em Rondônia**: a pedagogia da diversidade e acolhimento discente no interior da floresta amazônica. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação (Feusp), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

JESUS, Cassiano Celestino de. Homossexualidades nas Escolas: as concepções de educadores acerca da homofobia no contexto escolar. **Boletim Historiar**, n. 08, mar./abr. 2015, p. 19-32. Disponível em <http://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/3712> Acesso: 01/07/2016.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Por que ensinar a história do negro na escola brasileira. NGUZU: **Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, Londrina, 1, 62-67, 2011.

SEFFNER, Fernando. **Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas**: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. Florianópolis, 2011. p. 561-588. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a17> Acesso: 01/07/2016.

_____. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./mar. 2013. p. 145-159. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a10> Acesso: 24/06/2016.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. **Rompendo a Mordaza**: Representações de Professores e Professoras do Ensino Médio sobre Homossexualidade. 2010. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27012011-144716/pt-br.php>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SOARES, Wellington. **Precisamos falar sobre Romeo**. Nova Escola, São Paulo, a. 30, n. 279, p. 24-31, fev, 2015.

SOUZA, Jane Felipe de. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. Disponível em http://www.titosenafaed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf Acesso: 30/06/2016.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.